



SEGURANÇA / O combate às organizações criminosas foi definido pelo presidente Lula como prioridade neste ano eleitoral. Estudos mapearam quase 90 quadrilhas espalhadas no país, e algumas delas com ramificações transnacionais

Avanço de facções desafia o governo

» IAGO MAC CORD
» VINICIUS DORIA

A segurança pública se consolida, neste ano eleitoral, como a maior preocupação da população e, por relação direta, dos políticos que já começam a se movimentar em busca dos votos em outubro. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva elencou o combate ao crime organizado como “missão de Estado”, ao dar posse ao ministro da Justiça e da Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, que substituiu Ricardo Lewandowski. O Planalto não quer deixar o tema solto para ser capturado pela oposição.

Não é tarefa das mais simples. Embora a taxa de mortes violentas intencionais (MVI) tenha atingido, em 2024, o menor patamar desde 2012 — 20,8 por grupo de 100 mil habitantes, segundo dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025* —, o crime organizado mostra expansão territorial e mudanças de padrão, o que reforça a sensação de insegurança da população.

Pesquisa Genial/Quaest divulgada em novembro do ano passado mostrou que 38% dos entrevistados veem a violência como a maior preocupação do brasileiro. Essa percepção é sustentada pela presença de 88 organizações criminosas (Orcrim) mapeadas no sistema prisional pela Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias (Senappen), em 2024. Dessas, 98% operam com estrutura hierárquica, e 91% detêm alto poder financeiro. Hoje, as maiores organizações criminosas brasileiras atuam como empresas transnacionais.

Caberá ao novo ministro Lima e Silva assumir parte da negociação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que ainda está em tramitação no Congresso. A PEC, se aprovada, dará mais instrumentos ao governo federal, inclusive financeiros, para coordenar com as polícias dos estados as ações de enfrentamento às quadrilhas. Mas há reações dos governadores de oposição, que não querem dar munição ao Palácio do Planalto para entrar numa seara que é favorável à direita.

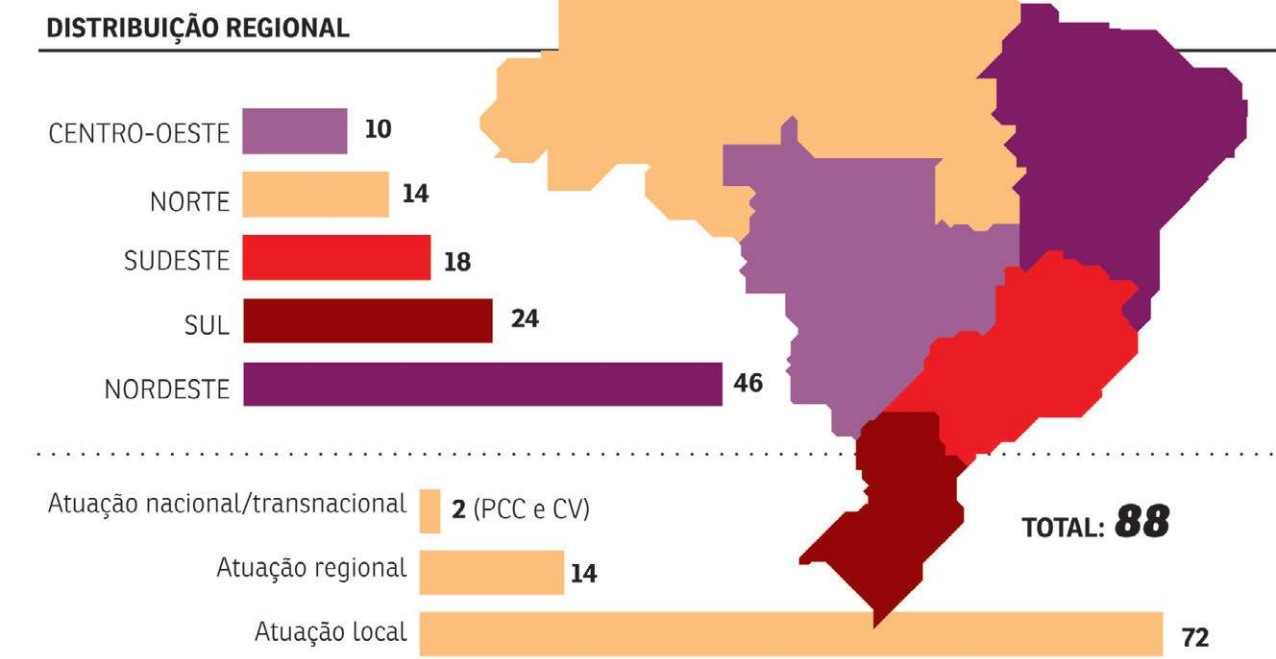
Enquanto os políticos discutem, o crime avança. O mapeamento da Senappen indica que as facções estão em diferentes estágios de organização: 72 são locais; 14, regionais; e duas de âmbito nacional/transnacional — o Primeiro Comando da Capital (PCC), que nasceu nos presídios paulistas, e o Comando Vermelho (CV), originário das penitenciárias fluminenses (**Ver mapa**).

Aparatos

Essas estruturas não se limitam mais ao narcotráfico: diversificam o portfólio para crimes ambientais, grilagem de terras, exploração de serviços e estelionato digital.

As duas maiores organizações criminosas do país, PCC e CV, estão presentes em praticamente todos os estados — com exceção do Rio Grande do

Mapeamento Organizações criminosas (Orcrim) espalhadas no Brasil



Fonte: Mapa de Orcrim/Senapen

Isaac Amorim/MJSP



Ao dar posse a Wellington César Lima e Silva, Lula destaca área como “missão de Estado”

Sul, que é dominado por quadrilhas locais bem estruturadas e estabelecidas há muitos anos.

Segundo o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, o foco estratégico da ação policial, nos últimos dois anos, migrou do confronto armado para a descapitalização das quadrilhas, retirando recursos efetivos, como imóveis, automóveis, aeronaves e criptoativos, para asfixiar as lideranças que, “muitas delas, poucas vezes colocaram os pés numa favela”.

“É um contrassenso se pegarmos o discurso de determinados parlamentares, vigorosamente contra o crime organizado, que, na hora de apertar o botão do voto para não soltar um criminoso, votam pela soltura. Isso vem de encontro ao que nós precisamos, que é, de fato, o compromisso de todos no enfrentamento ao crime organizado, que não é o preto pobre da favela, da periferia, mas o criminoso que nós mais precisamos enfrentar”, ressaltou o delegado da PF.

O que nós queremos é fazer um enfrentamento efetivo e eficiente do crime organizado”

Andrei Rodrigues
diretor-geral da
Polícia Federal

A PF defende que o enfrentamento eficiente passa pela integração das polícias federal e estaduais por meio das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (Ficcos), modelo que identificou e bloqueou R\$ 160 milhões do crime organizado em operações recentes. O diretor da instituição ressaltou, porém, que, “quando tudo vira crime organizado, nada é crime organizado”. Ele defendeu uma separação técnica para evitar o uso político e midiático do tema da segurança pública. “Isso

difículta a compreensão do fenômeno e o enfrentamento com as ferramentas que precisamos ter. Isso, na verdade, em nada agrega, a não ser promoção pessoal ou midiática de quem quer aparecer, quem quer estar na mídia. O que nós queremos é fazer um enfrentamento efetivo e eficiente do crime organizado”, destacou.

Amazônia sob ameaça

O que chama a atenção da polícia e de quem estuda o problema das organizações criminosas no país é o avanço das duas principais quadrilhas na Amazônia Legal. A região, além de grande produtora de ouro ilegal e de madeira de desmatamento, é rota do tráfico de drogas produzidas na Bolívia, na Colômbia e no Peru, que usam a vastidão da floresta e os inúmeros rios amazônicos para acessar portos e aeroportos brasileiros. A pesquisa Cartografias da Violência na Amazônia 2025 sugere que o PCC mantém uma estratégia mais discreta e seletiva no Norte do país, focado em corredores logísticos e portos, operando de forma hegemônica em cerca de 90 municípios amazônicos. Por outro lado, o CV apresentou, no ano passado, a maior e mais rápida expansão na Amazônia, saltando de 128 cidades sob sua influência, em 2023, para 286, em 2025.

Para o jornalista e pesquisador do tema Bruno Paes Manso, o PCC passou a “focar mais no mercado internacional de drogas e na lavagem de dinheiro, além da presença em presídios”, fortalecendo vínculos com outras máfias internacionais. “Ao contrário do Comando Vermelho, o PCC não está muito interessado no comércio varejista de drogas, nos territórios. A venda varejista e o controle de territórios são muito mais complicados, violentos e pouco lucrativos. O modelo do CV é quase uma franquia, não é tão centralizado como o PCC e se reproduz a partir de lideranças locais”, explicou.

A Região Norte é o novo epicentro do que o estudo cartográfico chama de “simbiose” entre narcotráfico e crimes ambientais. A chamada Rota Solimões transformou rios em corredores logísticos para a cocaína andina, dificultando a fiscalização das forças de segurança pública devido à densidade da floresta e à complexidade geográfica. Nesse cenário, o CV domina o transporte fluvial com apoio de aliados locais, enquanto o PCC — com sua estrutura verticalizada — foca em rotas aéreas.

Como consequência do avanço das organizações do crime na Amazônia brasileira, a Região Norte vem registrando elevações seguidas da taxa de mortes violentas intencionais (MVIs) no país. No ano passado, foram 27,3 mortes do tipo para cada grupo de 100 mil habitantes — índice 31% superior à média nacional (20,8) —, aproximando-se da primeira colocada, a Região Nordeste, com 33,8/100 mil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

principalmente Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS). O terminal paranaense, por exemplo, é o terceiro do país em volume de apreensões de cocaína. Mas há uma particularidade: nem o Comando Vermelho nem o Primeiro Comando da Capital detêm o controle das operações ilegais no estado, dominadas por, pelo menos, 15 facções domésticas — que mantêm, porém, “acordos operacionais” com as duas grandes facções nacionais. As três principais quadrilhas, segundo a polícia gaúcha, são Bala na Cara, Antúbal e Manos, que controlam a entrada de drogas e armas pelas fronteiras do estado com Argentina e Uruguai e a venda no varejo local. Essas quadrilhas, porém, não cruzam a divisa com Santa Catarina, estado dominado pelo PCC, assim como o Paraná.

Para o cientista político Antônio Flávio Testa, especialista em segurança pública, o tráfico internacional de drogas é o grande motor das organizações criminosas e vai ditar, neste ano, a agenda das eleições gerais de outubro. “O problema continental do narcotráfico vai, de fato, impactar profundamente as eleições de 2026 e, dois anos depois, as eleições municipais, de prefeitos e vereadores. Isso vai influenciar muito porque a pressão internacional também vai ser maior”, disse ele. (**VD e IMC**)

Nordeste lidera mortes violentas no país

Dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025* revelam que o maior número de mortes violentas no país registrado no Nordeste, com um aspecto que diferencia a região das demais: a profunda desigualdade racial. Em Alagoas, uma pessoa negra tem 47,8 vezes mais chance de ser vítima de um homicídio do que uma não negra.

Não é coincidência o fato de as 10 cidades mais violentas do país serem nordestinas, lideradas por Maranguape, no Ceará, com MVI de 79,9/100 mil habitantes. A cidade da Região Metropolitana de Fortaleza é palco de disputas sangrentas entre facções locais pelo controle da distribuição e venda de drogas, como o Bonde dos 40 e os Guardiões do Estado (GDE), e facções de âmbito nacional.

A Bahia, que tem cinco municípios na lista dos 10 mais violentos, mostra um avanço do crime organizado para o interior do estado. Jequié, a 365 km de Salvador, assumiu, no ano passado, a segunda colocação no ranking do anuário (era a

terceira, em 2024), com taxa de 77,6 mortes violentas por 100 mil habitantes. Juazeiro, no norte do estado, é a terceira cidade mais violenta do país, com taxa de 76,2. Na Bahia, o PCC e o CV disputam o comando do mundo do crime com organizações locais, como o Bonde dos Malucos e o Honda.

O Centro-Oeste — “hub” do escoamento agrícola brasileiro — conta com Mato Grosso do Sul e Mato Grosso como corredores vitais da logística das orcrim. O MS é responsável por 41% das apreensões de maconha no Brasil, devido ao avanço da Tropa do Castelar, dissidência do CV aliada ao PCC, que atua para garantir o transporte das drogas pela BR-163, rodovia que liga as regiões Norte e Sul, passando pelo Centro-Oeste.

As atividades ilegais de exploração da floresta, por sua vez, têm sido cobiçadas pelo CV. Na Terra Indígena Sararé, em MT, por exemplo, o grupo criminoso carioca passou a controlar diretamente o garimpo ilegal (ou narcogarimpo), impondo a cobrança de “mensalidades” de até 100g de ouro — aproximadamente R\$ 70 mil — por

operação “protegida” pelos criminosos.

O Sudeste reúne os pilares financeiros das grandes facções do país. Mas a forma de atuação das forças policiais é diferente. No Rio, os confrontos armados entre polícia e quadrilhas é mais visível. A Operação Redentor 2, por exemplo, deflagrada em dezembro pela PF, focou na desarticulação de fábricas de fuzis que abastecem as favelas. O grande número de armas nas mãos dos facionados ajuda o crime a manter bases sólidas em comunidades fluminenses.

O lado dramático dessa política de enfrentamento está no número de mortos decorrente das operações policiais. Em outubro do ano passado, a polícia fluminense entrou em três comunidades da Zona Norte do Rio de Janeiro para capturar líderes do Comando Vermelho. O saldo foi trágico: mais de 120 mortos. Para o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), a operação foi ineficaz e teve claro caráter político-eleitoral, para impulsionar a candidatura do governador Cláudio Castro ao Senado em 2026.